



## INFORMALIDADE E DESIGUALDADES: BREVE ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

SILVA, P. R.<sup>1</sup>; SILVA, R.S.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Docente da Escola Estadual Professor Levindo Lambert - PEB; <sup>2</sup> Docente do IFNMG – *Campus Salinas*.

### Introdução

O mercado de trabalho no Brasil apresenta uma trajetória heterogênea de estruturação e desestruturação, ver Pochmann (2000); Cardoso Jr. (2001) e Leite (2009). Na década de 2000 ocorreu uma reversão na tendência de aumento da informalidade. Constatou-se o aumento do emprego registrado, uma diminuição nos índices de desemprego e uma recuperação na capacidade de compra dos salários (LEITE, 2009). Esse período sinalizou uma tendência à formalização das relações de trabalho, pois se manteve ao longo da década.

Os processos que caracterizam a desestruturação e a estruturação do mercado de trabalho brasileiro motivaram o seguinte questionamento: como se encontram os índices de informalidade no mercado de trabalho brasileiro nos últimos anos? Desta maneira, este trabalho objetiva verificar, de forma breve, o índice de informalidade no Brasil e em cada região, sob a análise de algumas variáveis que podem traçar o perfil do trabalhador no país.

São atribuídos à Organização Internacional do Trabalho (OIT) os primeiros estudos sobre o setor informal, termo que em 1972 foi utilizado pela primeira vez em pesquisas realizadas no continente africano. Basicamente, a informalidade é relacionada a atividades realizadas à margem de qualquer regulamentação ou controle por parte do poder público. Do mesmo modo, caracteriza-se pela produção em pequena escala, reduzido emprego de técnicas, mercados desregulamentados e competitivos, etc.

Fenômenos tais como a contratação irregular/ilegal de trabalhadores sem registro em carteira, as falsas cooperativas de trabalho, os contratos atípicos de trabalho, o trabalho em domicílio, os autônomos, o comércio ambulante, a evasão fiscal das microempresas e a economia subterrânea podem ser evocados como exemplos da diversidade de situações que podem caracterizar este setor. Embora haja essa diversidade de manifestações, existe um ponto de convergência no setor: geralmente, envolvem trabalhadores cuja condição tende a ser mais precária em razão de estarem em atividades em discordância com as normas legais ou fora do alcance das instituições públicas de seguridade social (KREIN; PRONI, 2010).

### Material e Métodos

A metodologia utilizada teve como passo inicial o levantamento bibliográfico com a finalidade de situar o presente estudo à produção científica atual sobre o objeto de pesquisa, com o objetivo de contribuir com o campo da sociologia do trabalho. A pesquisa quantitativa foi escolhida como recurso metodológico para construção deste trabalho e elaborada a partir da análise de dados secundários da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). À luz dos resultados obtidos no ano de 2021, foi possível realizar uma análise, ainda que breve, sobre a informalidade no Brasil e a existência de disparidades com relação a algumas variáveis. Foi utilizado também o método comparativo, que



possibilita, entre outras características, encontrar semelhanças/regularidades e diferenças/disparidades entre os fenômenos comparados (SARTORI, 1994; SCHNEIDER e SCHMITT, 1998). Foram escolhidas as seguintes variáveis: Ocupação em Trabalhos Formais e Informais por Cor ou Raça e Sexo, como também os índices de informalidade nas regiões brasileiras.

## Resultados e Discussão

De acordo com dados do IBGE (2022), o mercado de trabalho brasileiro é caracterizado também pela informalidade, abrangendo 40,1% dos trabalhadores no ano de 2021. Existem diferenças em termos regionais – particularidades condicionadas pelas condições sócio-históricas do desenvolvimento de cada região. A informalidade na região Norte apresenta uma porcentagem de 58,6% e no Nordeste este índice está em 55,9%, verifica-se que estas regiões denotam os maiores índices de informalidade no Brasil, enquanto as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul apresentam indicadores bastante inferiores, 39,1%, 33,9% e 26,8%, respectivamente. A comparação evidencia a heterogeneidade inerente às dinâmicas econômicas das regiões do país, com um nível de formalização do mercado de trabalho mais acentuado nas regiões Sudeste e Sul.

Ao verificar o perfil das pessoas em trabalhos informais, a Tabela 2 indica uma proporção semelhante entre homens e mulheres em ocupações formais e informais, sendo que estes índices podem ser explicados pelo crescimento da taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho. Os dados nesta tabela, também demonstram que no Brasil, o grupo populacional que engrossa as estatísticas de informalidade é a população preta e parda. Quase metade das pessoas de 14 anos ou mais de idade, de cor preta ou parda, estão ocupadas em trabalhos informais (46,3%), enquanto na população branca ocupada, este percentual é de 32,7%. Percebe-se que a cor branca prevalece entre os trabalhadores formalizados no país. Estes resultados, podem refletir as desigualdades historicamente constituídas, marcadas pelo racismo estrutural e a discriminação, visto que quando o trabalhador está inserido no mercado de trabalho informal, ele encontra-se desprotegido dos direitos trabalhistas. Ademais, as práticas racistas se fazem sentir, em seus efeitos, durante todo ciclo de vida dos não-brancos, colocando os pretos e pardos em posições sociais subordinadas, resultantes da discriminação racial (HASENBALG, 1999).

De acordo com os dados de ambas as tabelas, a informalidade apresenta maiores índices nas regiões Norte e Nordeste, regiões menos desenvolvidas do Brasil e que possuem a maior concentração numérica de pretos e pardos.

## Considerações finais

As regiões brasileiras apresentam um quadro heterogêneo com relação aos trabalhos informais, mas que reflete sob medida o desenvolvimento desigual do capitalismo no País, onde os melhores índices de formalidade, se concentram nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e os piores indicadores nas regiões Nordeste e Norte. Ainda que sucinto, foi possível verificar um pouco do perfil do trabalhador informal no Brasil, uma participação maior de homens, e de pretos e pardos.

Grande parte das condições de informalidade no Brasil representa atividades de baixa produtividade e campos de estratégias de sobrevivência de trabalhadores que, perante as grandes dificuldades de encontrarem vagas de emprego na formalidade, são obrigados a se ocuparem em qualquer tipo de atividade para sobreviver. Mas de outro modo, a opção pelo setor informal pode oferecer oportunidades de boas fontes de emprego e rendas, jornadas de trabalho mais flexíveis ou até mesmo melhores condições de trabalho que antes não possuíam no setor formal. Desta maneira torna-se uma forma de “ascensão social”.



Assim, faz-se necessário uma visão mais crítica frente à heterogeneidade que caracteriza o mercado de trabalho informal no país. Formas de trabalho decente que garanta proteção social, remuneração adequada, direitos trabalhistas, entre outros, seriam essenciais para uma maior efetividade com relação à melhoria do bem-estar dos integrantes do mercado de trabalho brasileiro.

## Agradecimentos

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pelo apoio financeiro ao projeto “Mercado de Trabalho e Educação na Microrregião de Salinas-MG: uma análise para além dos dados quantitativos”, o que possibilitou a execução desta pesquisa.

## Referências

- CARDOSO JÚNIOR, José Celso. **Crise e desregulação do trabalho no Brasil**. Tempo Social. São Paulo, v. 13. n.º 2, p. 31-59, novembro de 2001.
- HASENBALG, Carlos. Perspectivas sobre raça e classe no Brasil. In: HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Vale; LIMA, Márcia (orgs.). **Cor e estratificação social**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.
- KREIN, José Dari; PRONI, Marcelo Weishaupt. **Economia informal: Aspectos conceituais e teóricos**. v.1. (Série Trabalho decente no Brasil) Brasília: OIT, 2010.
- LEITE, Márcia de Paula. **O trabalho no Brasil dos anos 2000: duas faces de um mesmo processo**. Workshop: “A informalidade revisitada: Das origens às novas abordagens.” ABET – Universidade Federal de Campina Grande. Fundação Joaquim Nabuco, Recife 17 de Dezembro de 2009. p. 01-29.
- POCHMANN, Marcio. **O Trabalho sob Jogo Cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- SARTORI, Giovanni. **Comparación y método comparativo**. In: Sartori, G.; MORNOLINO, L. La comparación en las ciencias sociales, Madri, Alianza, 1994.
- SCHNEIDER, Sergio; SCHMITT, Cláudia Job. **O uso do método comparativo nas Ciências Sociais**. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese dos Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira 2021**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.observatoriodasmegropoles.net.br/wp-content/uploads/2022/12/sintese-indicadores-sociais-ibge-2022.pdf>

**Tabela 2.** Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo e cor ou raça, segundo posição na ocupação e trabalho formal e informal - Brasil – 2021\*

Posição por trabalho formal e informal (1)	Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência				
	Total	Sexo		Cor ou raça	
		Homem	Mulher	Branca	Preta ou parda
	Percentuais (%)				
Formal	59,9	59,6	60,4	67,3	53,7
Informal	40,1	40,4	39,6	32,7	46,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021.

(1) Inclui empregado sem carteira, trabalhador doméstico sem carteira, conta própria não contribuinte, empregador não contribuinte e trabalhador familiar auxiliar.

\*Adaptação realizada pelos autores.